



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano
GABINETE DO VEREADOR PROFESSOR GABRIEL CARVALHO

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº ____/2024
AUTOR: VEREADOR GABRIEL CARVALHO CÂMARA

**EMENTA: PROJETO DE LEI DISPONDO SOBRE
MEDIDAS PERMANENTES DE PREVENÇÃO E
CONTROLE DA DENGUE NO ÂMBITO DO
MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º. Os proprietários, locatários, possuidores ou responsáveis a qualquer título, de imóveis com ou sem edificação, localizados no território do Município de João Pessoa, são obrigados a adotar as medidas necessárias à manutenção desses bens limpos, sem acúmulo de lixo, entulhos e demais materiais inservíveis, drenados e aterrados no caso de serem pantanosos ou alagadiços, e a evitar quaisquer outras condições que propiciem a presença e a proliferação do mosquito *aedes aegypti*.

Art. 2º. Os proprietários de imóveis onde haja construção civil, e os responsáveis pela execução das respectivas obras públicas ou privadas, ficam obrigados a adotar medidas de proteção, respeitadas as normas e posturas municipais, de modo a evitar acúmulo de água, originadas ou não de chuvas, bem como a realizar manutenção e limpeza dos locais sob sua responsabilidade, providenciando o descarte ambientalmente correto de materiais inservíveis que possam acumular água, esteja a obra em plena execução ou temporariamente paralisada.

Art. 3º. Os proprietários, locatários, possuidores ou responsáveis a qualquer título, de imóveis dotados de piscinas, ficam obrigados a manter tratamento adequado da água, de forma a não permitir a presença ou a proliferação de mosquitos.

Art. 4º. Em residências, estabelecimentos comerciais e industriais, terrenos e instituições públicas e privadas, ficam os proprietários, locatários, responsáveis ou possuidores a qualquer título, obrigados a manter os reservatórios, caixas d'água, cisternas ou similares, devidamente tampados e com vedação segura, de forma a não permitir a introdução de mosquitos e, conseqüentemente, sua desova e reprodução.

Art. 5º. Nos cemitérios somente será permitida a utilização de vasos, floreiras ou quaisquer outros ornamentos ou recipientes que retenham água, se estiverem devidamente perfurados e preenchidos com areia, evitando a possibilidade de acúmulo do referido líquido.

Art. 6º. Os proprietários, locatários, possuidores ou responsáveis a qualquer título, são obrigados a permitir o ingresso, em seus respectivos imóveis, do agente de saúde ou qualquer outra autoridade sanitária responsável pelo trabalho de controle da dengue, devidamente identificada, para a realização de



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Casa de Napoleão Laureano
GABINETE DO VEREADOR PROFESSOR GABRIEL CARVALHO

inspeção, verificação, orientação, informação, aplicação de inseticida ou qualquer outra atividade específica de combate à dengue.

Art. 7º. Nos terrenos baldios, estabelecimentos e residências onde são mantidos ou comercializados materiais recicláveis de qualquer natureza, apontados pela vigilância em saúde do Município como de risco à proliferação de mosquitos, ficam seus proprietários ou responsáveis obrigados a manter os materiais sob cobertura apropriada e aprovada pela autoridade sanitária municipal, respeitadas as demais normas legais aplicáveis à espécie.

Art. 8º. Os proprietários ou responsáveis pelas borracharias, comércio de pneus, bicicletarias, oficinas automotivas, depósitos de pneus e congêneres, transportadoras ou qualquer estabelecimento que beneficie ou manipule borracha de qualquer natureza, deverão manter cobertura total para esses materiais, respeitadas as demais normas legais, aplicáveis à espécie, de forma a impedir o acúmulo de água e a consequente proliferação de mosquito.

Art. 9º. Os proprietários ou responsáveis por ferros-velhos, comércio e beneficiamento de aparas, e por estabelecimentos que comercializam sucatas em geral e congêneres, deverão providenciar cobertura adequada, respeitadas as demais normas legais aplicáveis à espécie, de forma a impedir o acúmulo de água.

Art. 10º. A desobediência ou não observância às disposições da presente Lei implicará, sucessivamente, nos seguintes procedimentos:

I - lavratura de auto de infração com a determinação ao infrator que regularize a situação no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de multa;

II - não sanada a irregularidade, multa no valor equivalente a 10 (dez) UFIRs;

III - persistindo a irregularidade, será aplicada nova multa, em dobro, e, quando necessário e possível, apreendido o material;

IV - em se tratando de estabelecimento comercial, persistindo a irregularidade, além das multas e apreensão dos materiais, poderá ser cancelada a licença de funcionamento e interditada a atividade.

Art. 11 Esta Lei será regulamentada no que couber, pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 12º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

João Pessoa, 25 de abril de 2024


GABRIEL CARVALHO CÂMARA
VEREADOR - AVANTE



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano
GABINETE DO VEREADOR PROFESSOR GABRIEL CARVALHO

JUSTIFICATIVA

A dengue é uma das doenças mais conhecidas no Brasil e tem nos desafiado há décadas. Com o passar dos anos, passamos a atuar de forma mais eficaz no combate à dengue, mas devemos nos manter em estado de alerta.

A efetividade do **combate à dengue** tem muito a ver com a prevenção contínua. Cada brasileiro pode fazer a sua parte para reduzir o número de pessoas infectadas e, conseqüentemente, minimizar o risco de complicações e óbitos. Neste sentido, incumbe ao Poder Público local implementar medidas de controle na proliferação do inseto, buscando conscientizar o cidadão pessoense e aplicar medidas repressivas com objetivo eminentemente pedagógico.

Diminuir de forma significativa os riscos de infecção pelo vírus da dengue depende, em grande medida, de atitudes individuais bem simples. Sabemos que a transmissão dessa doença é realizada pelo mosquito *Aedes Aegypti*, por isso devemos evitar que essa espécie se prolifere e acelere o espalhamento da doença.

A dica essencial é impedir a acumulação de água parada, pois ela pode se tornar um criadouro do *Aedes Aegypti*, mantendo atenção redobrada com vasos de plantas, calhas, barris, tanques, pneus, garrafas plásticas, recipientes pequenos e qualquer objeto que possa acumular água parada, notadamente em locais aonde potencialmente haja criadouros do mosquito, a exemplo de piscinas, sucatas etc..

O **combate à dengue** é um exemplo de como devemos nos manter atentos às diferentes doenças que podem nos impactar. Lembrando sempre que a prevenção é o melhor caminho em todos os casos.

Sendo assim, o **objetivo** deste Projeto de Lei é prevenir a proliferação dos focos do *Aedes aegypti* no município de João Pessoa, conscientizando a população sobre a importância da participação de todos



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano
GABINETE DO VEREADOR PROFESSOR GABRIEL CARVALHO

no combate à dengue; reduzindo o número de cidadãos com a doença e garantindo a assistência médica a todos os munícipes da nossa cidade.

Frente ao exposto conto com a aprovação dos meus nobres pares.

Sala das sessões, 25 de Abril de 2024


GABRIEL CARVALHO CÂMARA
VEREADOR - AVANTE